

# Porta-vozes do mundo social: um estudo de trajetória de parlamentares brasileiros que escrevem sobre “educação” <sup>1</sup>

Lorena Dominici <sup>2</sup>

106

**Resumo:** Cristovam Buarque e Esther Grossi são parlamentares brasileiros reconhecidos como “porta-vozes da educação”, sendo representativos da intersecção entre o domínio político e o intelectual. Ambos conseguem cargos no topo do ranking político e são autores de diversos livros. A análise de suas trajetórias possibilita apreender lógicas e práticas que definem a ocupação destas posições e lhes conferem legitimidade para falarem em nome de uma “causa”. Reconstituímos, através do Dicionário Histórico-Biográfico brasileiro, seus perfis sociais, políticos e culturais, às luzes de condicionantes históricos, e observamos os usos que fazem da escrita, através da análise de 5 obras de cada. Concluimos que ambos compõem um novo perfil de “elite”: eles não “herdam” o capital político de família, mas acumulam recursos importantes à disputa política através de suas múltiplas inserções em ONGS, na Universidade, burocracias de Estado etc.

**Palavras-chave:** elites; política; intelectuais; militantes; educação.

<sup>1</sup> A autora agradece ao Dr. Igor Gastal Grill pelos comentários e sugestões para o texto.

<sup>2</sup> Mestre pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Pesquisa realizada com apoio da CAPES. Email: [lorenna.dominici@hotmail.com](mailto:lorenna.dominici@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7509-9995>

## 1. Introdução

Este artigo trata da análise de trajetória de Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque e Esther Pillar Grossi. Ambos os parlamentares chegam a cargos no topo do ranking político (deputação e senado) e têm notoriedade enquanto intelectuais<sup>3</sup>. Eles possuem uma volumosa produção escrita e são notabilizados, pela mídia, enquanto porta-vozes da causa “educação”<sup>4</sup>; tema que os move, tanto na política, quanto em outras esferas de atuação, esse tem sido, por exemplo, o assunto central de seus escritos e a ênfase das ONGs em cujos agentes se inserem. Inspiramo-nos aqui em uma pesquisa mais abrangente sobre trajetórias e produção intelectual de políticos brasileiros (GRILL e REIS, 2012).

107 Diversos estudos (DOS ANJOS, 2002; SIGAL 2012; GRILL e REIS, 2012, 2015) indicam a relação entre os intelectuais e a política (em sentido amplo). Evidencia-se o papel central que essas figuras ocupam ao longo de diferentes configurações históricas; formulando, transmitindo e reproduzindo noções comuns que circulam a ordem social. Consideramos as dinâmicas próprias dos países periféricos<sup>5</sup>, em que lógicas e práticas de diferentes domínios se entrecruzam. Nesse sentido, o foco recai sobre o espaço de intersecção e na interdependência entre o universo dos especialistas da representação política e o dos intelectuais.

Examinamos, assim, possíveis relações entre perfis sociais, políticos e ideológicos desses profissionais da política e seus investimentos em diferentes domínios culturais - bem como os mecanismos históricos e sociais que estimularam o engajamento nessas duas áreas (carreira política e produção de bens culturais). Visamos compreender como a produção intelectual - mais especificamente, a escrita - se torna um recurso de afirmação de legitimidade importante para a conquista de posições de destaque no espaço político.

---

<sup>3</sup> Aqui, a noção de “intelectual” é tomada de Sigal (2012) e se refere a “produtores e agentes de circulação de noções comuns concernentes à ordem social” (SIGAL, 2012, p.56).

<sup>4</sup> Optou-se por utilizar aspas para ressaltar que a “educação” aparece no trabalho, não como uma expressão substancializada, mas como uma categoria em disputa.

<sup>5</sup> Dependentes de bens materiais e simbólicos produzidos em outros contextos. Isto é; não se trata de uma forma de desclassificação, mas de *situação em relação* ao “central”; aos centros produtores e exportadores de modelos de instituições, comportamentos, conhecimento, etc.

Grill e Reis (2012), em um estudo mais amplo, localizaram 1.181 agentes (entre Senadores e Deputados Federais) com carreiras eletivas entre 1945 e 2010, que possuíam livros dos mais diversos gêneros, desfrutando de notoriedade enquanto políticos e intelectuais. Em seguida, a partir de critérios de regularidade nas carreiras políticas (longevidade no tempo de ocupação de cargos) e de consistência na produção escrita (número de livros publicados), os autores chegaram a 299 casos, possibilitando a realização de novos recortes (seja através da localização de temáticas comuns – como no caso dos agentes aqui em voga - ou de marcadores de excepcionalidade – como a escrita de memórias e autobiografias, que são produções minoritária entre os 299 agentes).

Entre as temáticas trabalhadas pelos 299 parlamentares, notou-se a centralidade da temática “educação” <sup>6</sup>, uma vez que 37 agentes escreveram pelo menos 1 livro abordando essa questão. Os dois casos aqui analisados se destacam pela quantidade de publicações que possuem sobre esse tema.

108 Esses agentes se caracterizam também por um alto investimento em escolarização, pelo posicionamento “à esquerda” no espectro político-ideológico e por iniciarem suas atuações políticas durante o regime militar, ocupando, na sequência, cargos eletivos e administrativos, e possuindo inscrições em organizações não-governamentais (ONGs). Analisamo-los, portanto, não por interesse em suas histórias particulares, mas de forma relacional; enquanto *agentes* que transitam em diversos espaços sociais, forjando diferentes visões de mundo (e de educação) e modalidades de intervenção. Apenas assim as tomadas de posição e os princípios de legitimação de suas práticas ganham sentido, evitando-se cair no que Bourdieu chama de “ilusão biográfica” (BOURDIEU, 2012).

Para tanto, este trabalho reconstituiu o perfil dos parlamentares, apreendendo seus investimentos comparativamente ao universo mais amplo de políticos que escrevem. Também foram cotejadas discrepâncias e regularidades entre ambos no que diz respeito às suas propriedades sociais, aos investimentos culturais e ao exercício de mandatos políticos. Tudo isso, às luzes das condições conjunturais de desdobramento de suas carreiras, e refletindo, ainda, sobre o peso do “gênero” nessas inscrições.

---

<sup>6</sup> Outra temática que se destaca neste universo é o “desenvolvimento”. Caio Bastos Rodrigues (2019), em sua tese, analisa o trabalho de seus porta-vozes.

Para a caracterização de Buarque e Grossi, foram construídos seus perfis sociais, políticos e culturais. Tomou-se como fonte principal o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disponível online. Foram contempladas, no que tange ao perfil social, informações sobre a origem social e a escolarização (instituições, períodos, titulação...) dos agentes e de seus grupos familiares. Quanto às suas inserções culturais, foram compreendidas as suas atuações em instâncias culturais e produções escritas. Por sua vez, na construção de seus perfis políticos, realizou-se a coleta de informações referentes à ocupação de cargos eletivos e administrativos, tal como de suas atuações militantes.

Ademais, para uma melhor avaliação dos investimentos intelectuais, perquirimos as formas de classificação e de modalidade de recepção das obras de Buarque e Grossi: examinamos cinco livros de cada, em seus elementos pré-textuais, capítulos selecionados, contextos de escrita, além de sua recepção pelo público (através de artigos e resenhas que os citam, das classificações em sites de livrarias, etc.).

109

Tudo isso visando à compreensão dos condicionantes que conferem aos parlamentares a legitimidade para produção de bens simbólicos e para definição de problemáticas, como a causa da “educação”. Ao observar os condicionantes que dão bases a suas multinotabilidades, desnaturaliza-se a condição de “elite”, esclarecendo-se, também, os mecanismos de reprodução da dominação por parte de determinados agentes. Desse modo, este artigo tem por escopo investigar amálgamas entre produção intelectual e carreiras políticas no Brasil, a partir dos casos de Cristovam Buarque e Esther Grossi.

## **2. Indiferenciação das esferas sociais e a complementaridade entre trabalho político e intelectual**

Para romper com o “senso comum científico”, autores como Bourdieu (2002) e Lenoir (1996) advogam a necessidade de tomar como objeto de análise o próprio processo de formulação de problemáticas sociais consideradas legítimas e impostas como objeto de estudo das ciências sociais (BOURDIEU, 2002, p.56). Desvelar esse processo traz à tona o trabalho de seus porta-vozes. Isso nos leva a

uma outra questão, conexa a essa, e em cuja nossa pesquisa firma seu foco: quem são os “autorizados” a falar em nome de algo? Quem pode produzir bens simbólicos e definir problemáticas consideradas legítimas e quais recursos são detidos e acionados para a legitimação dessa autoridade?

Extensa bibliografia aponta o papel político (em sentido amplo) e central dos intelectuais no Brasil. Ao longo de diferentes configurações históricas, eles formulam, transmitem e reproduzem noções que circulam a ordem social. Pécaut (1990), por exemplo, revelou como os intelectuais brasileiros são movidos por um senso de “missão social”, de modo que a condição de “intelectual”, nesse contexto, é indissociável à interferência no mundo social. O autor destacou três gerações e suas diferentes formas de intervir: de 1925 a 1940, os intelectuais estariam focados na construção de uma identidade nacional. A geração posterior (50 a 60) centraria seus esforços na elaboração de ideias sobre “desenvolvimento” para o país. Por fim, no pós-ditadura, esses reorientam suas práticas e passam a disputar os sentidos do “Estado Democrático”.

110

Mais especificamente, sobre os especialistas da política, Grill e Reis (2012) destacam como a produção intelectual de lideranças é uma forma de intervir, não apenas representando, mas definindo problemas sociais legitimados em espaços de consagração política e cultural, sendo de extrema importância estudos que deem conta do amálgama de lógicas e práticas em questão.

Assim, o presente artigo se insere no campo das pesquisas sobre elites políticas e culturais<sup>7</sup>, objetivando desvelar as disputas e dinâmicas nesses domínios e, portanto, visando esclarecer a problemática das relações de poder e da reprodução da dominação. Efetua-se, aqui, a análise das trajetórias de dois parlamentares brasileiros com carreiras eletivas longevas e significativa produção escrita, com o intuito de apreender os processos e mecanismos que conferiram uma (indissociável) notabilidade a esses agentes no espaço político e na produção cultural.

Optamos por um esquema analítico baseado no modelo bourdiesiano, mas atento às particularidades do nosso contexto. Nesse sentido, para entender como

---

<sup>7</sup> Pensamos “elites” não de forma estanque, mas a partir dos processos históricos e sociais de afirmação de determinados recursos e as disputas pela monopolização desses, por partes de agentes que, ao detê-los, garantem lugares bem alocados em diferentes domínios e maiores chances de influenciarem o mundo social.

Buarque e Grossi se legitimaram enquanto porta-vozes da causa da “educação”, faz-se imprescindível analisar (para além das representações que estes formulam e disputam), os condicionantes históricos de inserção dos agentes em suas carreiras e o trânsito por sucessivos espaços sociais nos quais estes forjam, transformam e conformam suas disposições.

É a partir dessa perspectiva concorrencial que se pode apreender o sentido das tomadas de posições dos agentes. Esses espaços de disputa (por definições do mundo social) são chamados por Pierre Bourdieu de “campos”. O “campo” é um universo relativamente autônomo, regido por leis mais ou menos específicas (assim, delinea-se o campo político, o campo intelectual, o campo cultural, etc. com seus *nomos* próprios). Os agentes que constituem o “campo” são caracterizados pelo volume de seus “capitais”, que são distribuídos de forma desigual entre eles e que condicionam suas tomadas de posição. Se é o capital que determina a posição do agente no campo, o agente dependerá dele para desenvolver suas estratégias <sup>8</sup> com vistas à conservação ou transformação do campo. Destaca-se ainda que cada campo é dotado de um capital específico e que, quanto menos autônomo for, mais o agente poderá se valer de trunfos conquistados em outros domínios sociais para garantir posições de destaque (BOURDIEU, 2004).

111

Contudo, essa é uma construção teórico-metodológica formulada para analisar realidades marcadas por um paulatino processo de objetivação e especialização das esferas sociais. Trata-se do produto de um desenvolvimento histórico específico e, portanto, faz-se necessário problematizar a sua aplicação em contextos periféricos. É preciso pensar as especificidades dessas configurações, nas quais pode-se observar a predominância de uma heteronomia dos espaços sociais.

Badie e Hermet (1993) falam da “homogeneização dos âmbitos políticos”, graças ao nascimento de um sistema internacional que fez circular os modelos de governo, e às relações internacionais que formaram códigos comuns a todos os “atores do sistema internacional”, resultando, por exemplo, na “mundialização da

---

<sup>8</sup> Para Bourdieu, trata-se de um nível intermediário entra o subjetivamente desejado e o condicionado pelas estruturas objetivas, assim, a partir dessa noção, percebe-se um indivíduo que não é 100% dotado de agência, mas tampouco é uma coisa passiva, determinada pela estrutura.

palavra Estado” e “na universalização da prática estatal” (BADIE; HERMET, 1993, p. 180). Seidl e Grill (2012), corroborando com essa tese de apropriação e integração de modelos políticos, atentam para o fato de que o “político”, no Brasil, deve ser compreendido a partir das particularidades resultantes desse processo “tradução” de ideologias, modelos e instituições de organização política (“Estado”, “democracia”, “liberalismo”, etc.).

Em razão desse hibridismo (ajuste das importações às estruturas internas), decorre um baixo grau de autonomização e de diferenciação das esferas sociais (não sendo desenvolvido um *nomos* próprio para cada domínio, de modo que esses acabam por se interseccionar, gerando amálgamas entre suas regras, princípios de hierarquização, etc.), bem como o fenômeno da “hiperpolitização da vida social”, isto é; a subordinação, nos mais variados domínios, à lógica política (SEIDL e GRILL, 2012, p. 12 e 13).

112 Bourdieu (2002) discorre sobre dois tipos de dominação; um mais direto e pessoalizado e outro intermediado por instituições. Com o baixo grau de autonomização das esferas sociais periféricas, a dominação tende a seguir lógicas do primeiro padrão e os agentes devem fazer a manutenção constante de trunfos nos mais diversos domínios para se afirmarem no espaço político. Por essa razão, o conceito de “campo” é aqui flexibilizado: tomamo-lo como inspiração para pensar sistemas de relações. Contudo, levando em conta essa situação estruturalmente heterônoma, marcada por superposições entre *domínios* da vida social.

A categoria “domínio” (GRILL e REIS, 2016), aqui adotada, possibilita que consideremos o conjunto das propriedades de agentes - apreendido através da construção de seus perfis - para compreensão de seus recursos de afirmação - bem como o próprio processo de constituição desses enquanto tais, uma vez que são produtos de relações concretas. Ela indica a multidimensionalidade dessa realidade em que lógicas e regras se amalgamam e cujo múltiplas inserções conferem recursos aos agentes - que, por sua vez, personificam-nos, garantindo suas multinotabilidades. Ou seja, “domínios” nos permite investigar os processos de especialização de papéis em realidades as quais há uma baixíssima autonomia e uma fraca objetivação das esferas sociais.

Sigal (2012) também aponta os limites da aplicação da teoria dos campos sem ajustes que levem em conta as especificidades de universos distintos daquele vigente na França. A autora chama atenção para a fluidez entre o espaço de produção cultural e o espaço político como uma característica própria de contextos periféricos - é graças à heteronomia dos espaços sociais que a qualidade de intelectual tem servido como trunfo para garantir legitimidade em tomadas de decisão nesses contextos (SIGAL, 2012, p. 54). Reis e Grill (2012) corroboram com essa ideia, apontando como a posse de qualidades intelectuais (mais especificamente a escrita) tem servido como crédito nas disputas por posições de destaque no espaço político.

Tendo em vista essa cadeia de interdependência entre o domínio político e intelectual em "países de periferia" e, considerando que para melhor compreender aquele processo de "tradução" é preciso examinar seus agentes, Dos Anjos (2002) realizou uma investigação sobre o papel das elites intelectuais na formação e interpretação da identidade nacional cabo-verdiana.

113 A partir do conceito de "mediação", o autor demonstra como as elites se constituem enquanto tais ao fazerem o trabalho de intermediação entre demandas [locais] nacionais e internacionais, à medida que dominam os códigos político-culturais ocidentais - o que acaba por perpetuar o clientelismo e a relação de dominação entre "colônia" e metrópole. Trata-se de um processo de reconversão do capital internacional (diplomas obtidos no exterior, contatos internacionais, etc.) em posições de destaque àqueles que competem pelo controle do Estado. Ao mesmo golpe, tal processo legitima e universaliza aquilo que é, na verdade, fruto de exportação (demandas, valores, etc.) (DEZALAY e GARTH, 2000, p.165).

Em resumo, é de importância fulcral a atuação dos intelectuais nas transações culturais, visto que eles agem como "importadores/exportadores de modelos de pensamento, de instituições, de valores e etc." (REIS, 2013, p. 26). Assim, Buarque e Grossi, ao transitarem por renomadas universidades internacionais, conquistarem cargos no topo da hierarquia política e possuírem também notoriedade enquanto intelectuais, constituem-se casos exemplares dessa interseção entre o domínio político e intelectual.



A partir de análise de suas trajetórias, de suas propriedades pessoais, tomadas de posição e recursos acionados, busca-se compreender as lógicas de recrutamento, as clivagens, os princípios de hierarquização, as dinâmicas internas e os amálgamas desses espaços em que os agentes se encontram bem situados. Evidentemente, leva-se em conta o contexto histórico-cultural de inserção desses em suas carreiras para a compreensão de como eles, enquanto casos exemplares, se condicionam e são condicionados pela linguagem do poder em voga.

### **3. Cristovam Buarque e Esther Pillar Grossi: uma análise de trajetórias**

114 Como efeito do baixo grau de autonomização das esferas sociais brasileiras, tem-se percebido a interdependência da esfera política com outros domínios sociais. Destacamos aqui, especialmente, a indiferenciação dos domínios político e intelectual, geradora efeitos de hierarquização. Os parlamentares analisados nesse trabalho são representativos desse fenômeno. Esses agentes contam com uma indissociável notabilidade nos dois domínios (político e intelectual) para se afirmarem enquanto porta-vozes da causa da “educação”. Isto é, eles se valem da notoriedade enquanto intelectuais e com a reputação de comprometimento político para a garantia de legitimidade na produção de bens simbólicos (GRILL e REIS, 2012, p. 102-104). Procede-se à trajetória desses agentes, cotejando similaridades e discrepâncias entre eles e em relação ao universo mais amplo de políticos que escrevem, com vistas à verificação dos condicionantes de afirmação de Esther Grossi e Cristovam Buarque.

#### **3.1 – Nadando a favor da correnteza: o alto investimento em títulos, saberes técnicos e a aquisição de um capital internacional**

Os agentes aqui analisados são provenientes de estados de importância política, econômica e cultural na federação. Tanto o Rio Grande do Sul quanto Pernambuco concentraram editoras, jornais e revistas importantes na consolidação do mercado editorial brasileiro e são, historicamente, foco de elites culturais, econômicas e políticas (GRILL e REIS, 2012, p. 106). A proximidade ao

“centro do poder” favorece o trânsito dos agentes por círculos de sociabilidade com projeção nacional e a inserção em importantes redes de relações.

Buarque tem origem social baixa em relação à Esther e aos demais parlamentares que escrevem. Seus pais trabalhavam em uma tecelagem e o Senador fora o primeiro de sua família a possuir curso superior. Grossi, por sua vez, é filha de um pecuarista. Destacamos a dificuldade em localizar mais informações sobre os grupos familiares desses agentes.

Ambos nasceram em um período cuja “educação” emergia no país como uma “causa” (Esther, em 1936, e Buarque, em 1944). Até 1920, o Brasil possuía em torno de 80% de analfabetos. Intelectuais como Anísio Teixeira, recém chegados de seus estudos na Europa e Estados Unidos, procuraram sensibilizar (através de um movimento que ficou conhecido como “Escola Nova”) a sociedade civil a respeito do papel do Estado na organização e distribuição das escolas (BONEMY, 2007). A partir desse movimento surge, em 1930, o Ministério da Educação e o tema ganha destaque na política nacional, tornando-se indispensável àqueles que pleiteiam cargos eletivos.

115

Grossi inicia, em 1955, seus estudos em Matemática, na PUC/RS. À época, Brizola multiplicava escolas no estado e chamava atenção para a pauta da “educação”. Buarque, a seu turno, ingressa na Escola de Engenharia do Recife, no começo dos anos 60; período que o então presidente, João Goulart, seguindo as propostas da Escola Nova, homologou o primeiro “Plano Nacional de Educação” e ampliou o Ensino Superior. Os agentes aqui em voga são produtos (e produtores) dessas transformações políticas e culturais que ampliaram as possibilidades de acesso ao Ensino Público e reforçaram o valor da “educação”. Ambos contaram com um forte investimento em diplomas e títulos e transitaram por Instituições de Ensino Superior consideradas de excelência, também no exterior, como a Universidade Paris V (no caso de Grossi) e a École Practique des Hautes Études (no caso de Buarque).

Cristovam, seguindo a tendência “desenvolvimentista” dominante, no país, nas décadas de 50 e 60 (PÉCAUT, 1990), optou pela Engenharia Mecânica. A Engenharia, cabe ressaltar, ocupa posição de destaque no rol das “profissões Imperiais”, isto é, os engenheiros eram também preparados para as atividades

políticas. Contudo, ao longo do tempo, o perfil das elites de Estado fora se transformando e o mestrado em Ciências Econômicas demonstra a adaptação desse agente à linguagem do poder em voga, visto que os códigos da economia têm sido um “meio de expressão e legitimação privilegiado no espaço político” (GRILL e REIS, 2012, p. 17).

Dezalay e Garth (2000), ao analisarem as mudanças ocorridas nos Estados (entre os anos de 1960 e 2000) que resultaram na substituição do paradigma do “Bem-Estar Social” pelo “Neoliberal”, apontam o deslocamento das elites de “políticos-bacharéis” para “técnicos-políticos”. Ambos, Buarque e Grossi, são representativos dessa nova elite. Graças ao processo denominado pelos autores de “dolarização do conhecimento”, os economistas, em especial, têm conquistado lugares bem alocados nas estruturas de poder do Estado (DEZALAY e GARTH, 2000, p.168), substituindo a figura do político-bacharel. Além da valorização do conhecimento técnico, Reis e Grill (2013) destacam a relevância do capital internacional na política (adquirido pelos agentes em seus trânsitos por Instituições de Ensino Superior estrangeiras).

116

Grossi, ao se formar em Matemática, torna-se exceção em relação ao universo mais amplo dos políticos (GRILL e REIS, 2012) que são, mormente, da área de Humanas e Sociais, seguidos daqueles graduados em Medicina, Economia e Engenharia <sup>9</sup>. No entanto, ela se assemelha ao perfil de outras mulheres parlamentares, uma vez que a docência é exercício predominante entre elas <sup>10</sup>. A atividade de ensino, cabe destacar, é historicamente delegada às mulheres: como uma extensão da função de “educar o lar”, constituiu-se, também, enquanto “papel da mulher”, educar na escola, transmitindo os valores dominantes (FIGUEIRO, 2020), inclusive àqueles relativos ao seu próprio lugar social (o que garante certa “estabilidade” a estes valores).

Ao realizarem mestrado e doutorado, Grossi e Buarque também se destacam em relação aos 299 parlamentares, uma vez que apenas ¼ possui pós-

---

<sup>9</sup> GRILL e REIS (2012) fazem um recorte de 299 casos de “políticos profissionais” com consistente produção escrita e observam que, no que tange aos títulos de saber, a grande maioria dos políticos vem do Direito (170), seguidos pelos formados em Medicina (30), Economia (28), demais cursos das ciências humanas (24), Engenharia (21) e outras (14).

<sup>10</sup> Das oito parlamentares localizadas e analisadas por REIS (2014) em “Um tipo diferente de diferença na elite política”, cinco se declaravam professores e todas haviam, em algum momento, exercido atividades de ensino variadas.

graduação. Buarque realizou seu doutorado em Economia do Desenvolvimento, na Escola Prática de Altos Estudos, em Paris, durante seu período de “exílio voluntário”. Nessa época, ele firmou contato com figuras de destaque na luta contra a ditadura (como Josué de Castro, intelectual perseguido pelos militares, também exilado na França).

Profissionalmente, os agentes transitaram por instituições como a ONU e o Centre International de Développement, em Paris (no caso do parlamentar), e o Instituto Pedagógico Nacional do Ministério de Educação da França, bem como centros de pesquisa belgas e canadenses (no caso de Grossi). Eles exerceram, ainda, atividades de ensino em instituições nacionais e internacionais. Grill e Reis (2015) chamam atenção para como a docência em Instituições de Ensino Superior funciona como uma espécie de “viveiro político”. Isto, pois, a sala de aula e a ocupação de cargos administrativos no interior dessas Instituições, exigem e condicionam competências consoantes as da política, além de favorecerem a aquisição de um capital de reconhecimento.

117 Assim, vê-se que ambos, Grossi e Buarque, realizaram vários deslocamentos internacionais em suas carreiras, acumulando recursos que se retroalimentavam (criação de redes de contatos, aquisição de um capital internacional e títulos de expertise) ao longo do tempo.

### **3.2 – Engajamentos: criação de redes de relações e aquisição de um capital de reconhecimento para construção das carreiras políticas**

Cristovam Buarque iniciou sua militância na graduação, como ativista pela Ação Popular - organização política fundada pela Juventude Universitária Católica (JUC), cujo objetivo era formar quadros que pudessem “participar de uma transformação radical da estrutura brasileira em sua passagem do capitalismo para o socialismo” (DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO, 2020). Ele foi também o presidente do D.C.E da Escola de Engenharia e chegou, através desse, a um Seminário de Líderes Universitários na Harvard. O agente se juntou à Ação Católica Operária, que desenvolvia atividades voltadas ao ensino na periferia de Recife (onde conheceu Dom Helder Câmara, bispo defensor dos Direitos

Humanos à época da ditadura, e figura bastante mencionada pelo parlamentar que, inclusive, lhe escreve dedicatórias em seus livros).

Buarque militou contra o AI-5 e a favor da anistia, participou da campanha pelas “Diretas Já” e pela convocação de uma constituinte, em 1984. Ele foi o primeiro reitor democraticamente eleito da UNB, em 1985. Seus engajamentos a favor da democracia e a sua proximidade com figuras de destaque, tanto na luta contra a ditadura, como na defesa da “educação” (como Josué de Castro, Dom Helder e outros), somaram capitais simbólico e sociais que favoreceram tal posição.

Para compreendermos engajamentos devemos levar em consideração não somente (a aspiração a) possíveis gratificações materiais ou, ainda, as razões puramente ideológicas alegadas pelos agentes (SAWICKI e SIMÉANT, 2011; PIZZORNO, 1988). Identidades compartilhadas são, por si só, retribuições nesse tipo de ação. Os engajamentos inserem os agentes em redes de relações nas quais eles constroem identidades e identificações (reconstituídas ao longo de seus itinerários), forjam libidos e conformam adesões (que inclusive se refletem na escolha de determinadas “causas”) (REIS, 2015, p.66).

118

A partir de sua militância no Sindicato de Professores do Estado do Rio Grande do Sul, Grossi funda, junto a outros, a ONG GEEMPA, voltada à alfabetização de mulheres e crianças. Ao retornar de estágios e cursos no exterior, a agente se filia ao PT, em 1983, e assume, em 1989, o cargo de Secretária da Educação de Porto Alegre, durante o governo de Olívio Dutra (PT). Buarque, por sua vez, chega ao cargo de Ministro da Educação, no ano de 2003, pelo governo Lula. Destaca-se que ambos os agentes iniciaram suas carreiras políticas durante o processo de redemocratização do Brasil e conquistaram o primeiro cargo eletivo no mesmo ano (1995): Buarque como governador do Distrito Federal e Pillar Grossi como Deputada Federal, ambos pelo Partido dos Trabalhadores, em seu momento de ascensão.

Reis (2014), em seu estudo sobre mulheres parlamentares, aponta como mudanças na balança do poder entre os sexos desencadeadas ao longo de configurações e reconfigurações históricas (refletidas na política de quotas, na diversificação das universidades, em mudanças na divisão do trabalho sexual, etc.)

têm repercussão na política, delineando novos espaços de possíveis. No entanto, dentre os 299 parlamentares apontados na pesquisa sobre parlamentares que escrevem (REIS; GRILL, 2012), apenas 8 são do “sexo feminino”.

Faz-se, portanto, um recorte de gênero, evidenciando a “tripla raridade” (REIS, 2014) de Esther Grossi, uma vez que a parlamentar ultrapassa limites impostos à participação política das mulheres e consegue um espaço na esfera política dominada por homens, mas chega também a um lugar no topo da hierarquia política, destacando-se, ainda, enquanto produtora de bens culturais (REIS, 2014). Por outro lado, embora somem recursos muito semelhantes em seus itinerários, a agente chega sempre a cargos “menores”, se comparados aos do Senador.

119 Em razão de disputas internas, Buarque rompe com o PT, em 2005, e se filia ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), pelo qual concorreu à presidência, em 2006. Atualmente, o político pertence ao Partido Popular Socialista (PPS), mas não obteve sucesso em sua recandidatura ao Senado. Salienta-se que, durante o governo de Buarque no Distrito Federal (95 a 98), Grossi coordenou o projeto “Vira Brasília”, com o objetivo de reduzir índices de repetência escolar. A contratação do “Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação”, por parte do Governo, gerou polêmicas, posto que não houve concorrência pública. “O motivo alegado pelo governo do D.F para contratar o GEEMPA foi a ‘notória especialização’ da deputada.” <sup>11</sup>

Buarque, por sua vez, fundara o “Missão Criança”, em 1998. A ONG captava recursos privados e, através deles, realizava doações de bolsa. Nesse sentido, para além da política institucional (e da escrita), os agentes militavam, ainda, através dessas entidades com destaque nacional e voltadas à educação. Ambas tiveram projetos acompanhados por órgãos importantes, como a ONU e a UNICEF <sup>12</sup>.

---

<sup>11</sup> Reportagem: “Governo do DF contrata entidade sem licitação”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/04/brasil/44.html> Acessado em: 3/02/2021.

<sup>12</sup> Cristovam é membro do Instituto “Aprendizagem ao longo da vida”, da UNESCO. Esse órgão prestou, ainda, assessoria para a GEEMPA, ONG coordenada por Grossi. Segundo Almeida (2008), a UNESCO serve como difusora de uma concepção particular de “educação”, uma vez que aglutina economistas da Universidade de Chicago e suas teorias de “capital humano”. Além disso, o Órgão financiou, junto à USAID, diversos encontros para Ministros da Educação (cargo ocupado por Buarque entre 2013 e 2014).

Buclet (2010) afirma que entre as razões implícitas que fazem parte das motivações para se militar através de ONGs está o ganho de poder local e inserção em burocracias de Estado. Além disso, o autor aponta como o capital universitário internacional, que Grossi e Buarque detém, é condição de entrada nesses agentes do mercado internacional de conhecimento. Evidenciando a existência desse mercado (que favorece a exportação e importação de tecnologias e conceitos do Norte), percebe-se que os discursos e posturas críticas de Grossi e Buarque, frente à adoção de políticas (especialmente pedagógicas) que não "condizem" com a "realidade brasileira" (como observamos em seus livros), são frutos do domínio de conceitos e conhecimentos produzidos no exterior. É porque eles dominam esses códigos que podem disputar no jogo político. Observa-se então, uma "ambivalência" dos intelectuais em relação à política, uma vez que estes se posicionam teoricamente contra ela e suas instituições, mas "se entregam à ação política (...) como se tivessem qualificação especial para fazê-lo" (PECAUT, 1990, p. 7).

120

### **3.3 – Usos da escrita e concepções de “educação” em disputa**

Buarque e Grossi possuem significativa produção escrita<sup>13</sup>. Isto os torna exceção entre aqueles que se posicionam à “esquerda” no espectro político do universo mais amplo, visto que apenas 10% desses tem produção constante de textos (GRILL e REIS, 2012. p.112, 133). Fato tanto possibilitado, quanto condicionado pelo forte investimento em escolarização que receberam e graças ao acúmulo de recursos (materiais e simbólicos) conquistados através de suas múltiplas inserções (em Universidades, ONGS, burocracia do Estado, etc.). Para a presente análise, tomamos 5 livros de cada agente, cuja temática central é a “educação”.

---

<sup>13</sup> Ambos possuem mais 30 títulos publicados, Buarque entre 1973 e 2013 (consultar CPDOC, verbete: Cristovam Buarque) e Grossi entre 1967 e 2016.

**Quadro 1** - Livros analisados – Cristovam Buarque

<b>Título</b>	<b>Editora/Ano</b>
A eleição do Ditador	Paz e Terra, 1988
A revolução nas prioridades e a invenção do Brasil	Paz e Terra, 1992
A revolução nas prioridades. Da modernidade técnica à modernidade ética	Paz e Terra, 1994
A cortina de ouro	Paz e Terra, 1998
A segunda abolição	Paz e Terra, 2003

Fonte: Tabela de elaboração própria com base em dados disponíveis na página do CPDOC

**Quadro 2** - Livros analisados – Esther Grossi

<b>Título</b>	<b>Editora/Ano</b>
Alfabetização em classes populares	GEEMPA/KUARUP, 1986
Alfabetização em novas bases	GEEMPA/KUARUP, 1993
A coragem de mudar em educação	Vozes, 2000
Por que ainda há quem não aprende? A teoria.	Vozes, 2003
Por que ainda há quem não aprende? A política	Paz e Terra, 2004

Fonte: Tabela de elaboração própria com base em dados disponíveis na página do CPDOC

Os escritos de Buarque são mais generalistas; ele escreve sobre “projetos de sociedade” (inclusive em seus romances ficcionais, como “A eleição do ditador”, 1998), enquanto os de Grossi seguem suas especialidades - como seu mestrado e doutorado em matemática e psicologia da inteligência, respectivamente. Títulos como: “Em matemática também há psicogênese” (2011), “Sugestões de atividades de matemáticas” (1991), etc., sugerem que Grossi se sente mais autorizada a falar em nome da “educação” de acordo com suas competências.

Contudo, o caráter generalista da escrita de Buarque é representativo de uma conversão de interesses e investimentos, perceptível após seu período na



reitoria da UNB (de 1985 a 1989): antes disso (nas duas primeiras décadas de suas publicações), o autor também se dedicava a uma escrita mais setorializada. como se pode observar nos títulos: “Elementos para La preparación y La evaluación de proyectos” (1979), “Seleção de tecnologia nos projetos industriais financiados pela Sudene-Npq” (1981), etc. Também foi após ter sido eleito Reitor que o agente passou a tratar mais sobre o tema da “educação”. Para este artigo, examinamos apenas obras dessa fase. Os livros de Grossi aqui analisados, por sua vez, são todos publicados após a agente ter ocupado o cargo de Secretária da Educação do município de Porto Alegre.

Observamos que é apenas em “A coragem de mudar em educação” (2000), quando Grossi já havia alcançado a deputação, que os elementos pré-textuais passam a ser escritos por outros agentes. O mesmo ocorre com Buarque: apenas os livros escritos no e após o contexto de candidatura ao governo do D.F recebem indicativo de autoria nas orelhas, contracapas, posfácios e etc. (“A revolução nas prioridades”, “A cortina de ouro” e “A segunda abolição”). Essa observação, presente em ambos os casos quando alcançam cargos mais altos, sugere uma disputa por recursos que a aproximação com os parlamentares poderia trazer; uma “transmissão de carisma através da proximidade (social e ideológica)” (CORADINI, 1998, p. 211).

Os livros de Grossi apresentam referências bibliográficas, com exceção de “A coragem de mudar em educação” (2000), escrito quando a agente ocupava o cargo de Deputada Federal. Buarque, a seu turno, exibe apenas algumas notas de rodapé em “A cortina de Outro” (Paz e Terra, 1998); livro publicado antes de sua passagem pelo Ministério da Educação e pelo Senado Federal. Esse fato sugere que os autores vão se “tornando” (ou se sentindo) as próprias vozes “autorizadas” à medida que ocupam determinadas posições e acumulam cargos.

Nos elementos pré-textuais de suas obras, Grossi apresenta a si mesma, acionando seus anos de pesquisa, sua militância, sua carreira política, enfim; sua “dedicação diuturna” à causa da educação, como forma estratégica de combinação de créditos que servem, em contextos como o brasileiro, às disputas por reconhecimento e legitimidade, uma vez que a afirmação e hierarquização nos meios políticos e intelectuais brasileiros são dadas, justamente, através de

trânsitos e recursos acumulados em múltiplos espaços sociais (REIS; GRILL, 2014, p.135). O agente, por sua vez, parece não ter necessidade de uma auto apresentação, visto que as fronteiras fluídas dos contextos periféricos também permitem que o capital social seja um recurso importante nessas lutas. Assim, Buarque mobiliza seus círculos de sociabilidade; ele não apresenta a si próprio, mas é apresentado por outros (Rosa Freire d'Aguiar <sup>14</sup>, Augusto de Franco <sup>15</sup>, Fernando Gasparian <sup>16</sup>, e etc.) como grande intelectual e político.

Grill e Reis (2012) observam na produção escrita de parlamentares brasileiros a predominância de temas apropriáveis na ação política (como “desenvolvimento”, “educação”, etc.). Isso é perceptível na obra dos autores. Em seus textos, Buarque e Esther, reforçam sua agenda política. Alguns excertos se assemelham a discursos de palanque: “Nenhum partido político é dono da verdade, nenhum partido político é proprietário das mentiras” (BUARQUE, 2003, p.16), ou ainda:

123

Em apenas dez anos, a esquerda brasileira, especialmente o PT, viveu três gerações de militância: a de resistência, na luta contra a ditadura; a reivindicatória, que em torno do movimento sindical lutou pelos direitos dos trabalhadores, pela anistia, pelas eleições diretas, pela democracia, pela Constituição; e uma nova geração que, percebendo a possibilidade de ser alternativa de poder no país, avança na reivindicação à formulação de propostas viáveis para uma nova sociedade no Brasil. (BUARQUE, 1992, p.34)

O parlamentar, através de seus livros, reforça a importância da “esquerda”: “Apesar da crise que vive o pensamento socialista no mundo, só a esquerda tem credibilidade, legitimidade, sentimento e imaginação, compromissos e interesses voltados a um futuro diferente para o Brasil” (BUARQUE, 1992, p.144), e defende a democracia representativa: “São os eleitores (...) que, por ação ou omissão, constroem hoje o Brasil que desejamos para amanhã” (BUARQUE, 2003, p.11). O que acaba por reforçar a crença na necessidade de representantes políticos e a sua importância enquanto tal, ou, nas palavras de Bourdieu: produzindo a necessidade

---

<sup>14</sup> Premiada jornalista, tradutora e editora da Paz e Terra à época e, atualmente, na Companhia das Letras.

<sup>15</sup> Escritor, Coordenador da Campanha contra a Fome, de Betinho e da Conferência Nacional “Projetos estratégicos Alternativos para o Brasil”.

<sup>16</sup> Falecido proprietário da Paz e Terra, editor, deputado federal e militante pela democracia, na época da ditadura. Atuou na Constituinte de 88.

do produto e uma “dificuldade que somente ele poderá resolver” (BOURDIEU, 1984, p.195).

Em 1992, em seu livro “Revolução na esquerda e a invenção do Brasil”, Buarque citava de forma elogiosa o próprio partido, PT, ao qual se filiara em 1990. Ao mesmo tempo, fazia críticas a siglas concorrentes, como o PCB e o PCdoB (acusava-os de “subordinação colonizada” à Europa e a lógicas de “direita” (BUARQUE, 1992, p.35). Ele afirmava ainda: “o PT é o partido que tem mais chances de obter as características necessárias para liderar a modernização do Brasil” (BUARQUE, 1992, p.140 e 145).

Em “A segunda abolição” (2003), Buarque sugere a erradicação da pobreza através do investimento em educação e, para isso, propõe o Programa Bolsa-Escola, a Poupança-Escola, a Cesta pré-escola, etc., indicando, em números, seus custos e possíveis retornos (sempre articulando “educação”, economia e política). Três anos depois de escrito esse livro, o autor concorreu à presidência da república.

124 A concepção de “educação” de Grossi, por sua vez, está atrelada aos seus conhecimentos sobre “Psicologia da Inteligência”, como podemos observar nos trechos: “Propostas educacionais patinaram em teorias inteiramente ultrapassadas sobre a construção dos conhecimentos [...], não superando também as incompletudes do Construtivismo” (GROSSI, 2000, p. 13). O discurso da Psicopedagogia é mais forte em suas obras mais antigas (das analisadas: Alfabetização em classes populares, 1986 e Alfabetização em Novas bases, 1993). Isto é; antes de Grossi ter ocupado o cargo de Deputada Federal (1995-2002).

A autora sinaliza que a repetência escolar é a evidência de que apenas o acesso à escola não garante “educação” (GROSSI, 1993, p.12). Ela promove sua ONG, GEEMPA, como exemplo na luta pela alfabetização de brasileiros (GROSSI, 1993, p.13). Notou-se que Grossi, especialmente em suas obras mais recentes (2000, 2003 e 2004), também passa a conferir ao tema um tom de discurso político, tal qual Buarque. Assim, o discurso da parlamentar vai mudando à medida que ocupa um cargo mais alto (como a deputação).

Torna-se evidente que educação não é preocupação central da sociedade, nem dos dirigentes e nem dos governos, em qualquer lugar do mundo.

Mas, em nível de discurso, há uma permanente cortina de fumaça, fazendo de conta que a educação foi, é e sempre será uma prioridade, porque a base de todos os projetos sociais. Não sei como embarcamos nessa, já que em 1919, Gramsci acusava tanto direita quanto esquerda de não terem propostas pedagógicas (GROSSI, 2000, p. 9)

Ao citar os cargos políticos que ocupou, a autora se afirma enquanto intelectual ligada ao mundo prático e dedicada, inclusive profissionalmente, à causa da “educação”. Destacam-se os trechos: “É meu mais grave dever de consciência e não posso descuidar-me de cumpri-lo, sob pena de trair-me inteiramente” (GROSSI, 2000, p. 9), e; “O cerne de meu trajeto profissional de onde emana a contribuição mais significativa que tenho a dar como resultado de 40 anos de compromisso com a pesquisa e a educação” (GROSSI, 2000, p.10).

Embora a “educação” possa ser considerada um tema consolidado na política nacional, seu significado não deixa de ser disputado. Nos anos 60, entraram em choque concepções “emancipatórias” (representadas por intelectuais como Paulo Freire), e de “capital humano” (defendida pelos economistas de Chicago, através de agências como a UNESCO, a USAID, e etc.). Essa segunda (com ênfase na formação de mão-de-obra em prol do “desenvolvimento”) se tornou hegemônica após o golpe militar, graças à ascensão dos economistas às esferas de decisão (a exemplo de Buarque) e, em especial, após o acordo MEC/USAID <sup>17</sup> (ALMEIDA, 2008; DEZALAY e GARTH, 2000).

Nesse sentido, as concepções e discursos aqui analisados (sobre “educação”, seus problemas e possíveis soluções) se diferenciam e são tributárias dessas disputas. Buarque, ao associar a pobreza diretamente à falta de escolarização, filia-se à visão dominante, que prevaleceu nas políticas educacionais do país (MICHETTI, 2019). “Nenhuma medida tem impacto maior na luta contra a pobreza do que a escolarização de todas as crianças” (BUARQUE, 2003, p.58), afirma o autor, que, a partir desse discurso, começa a listar medidas para esta tarefa e seus custos.

---

<sup>17</sup> A “Agência Americana para Desenvolvimento Internacional” serviu como difusora dos valores e teorias dos economistas da Escola de Chicago. A partir do acordo com o MEC, técnicos estadunidenses reformularam o sistema de ensino no Brasil, seguindo o modelo americano (e reforma retirou disciplinas consideradas “obsoletas”, ajustou carga-horária, implantou a obrigatoriedade do inglês, etc.). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acessado: 4/02/2021.

Grossi, a seu turno, nega uma relação de causalidade e critica o viés exclusivamente econômico para tratar o tema. “Outras motivações e outros objetivos [para além do mercado] terão que justificar e embasar as ações políticas na área da educação” (GROSSI, 2000, p.12). Buarque faz, ainda, uma conexão entre a pobreza e possíveis problemas cognitivos (BUARQUE, 2003, p.68), enquanto Esther nega essa hipótese e afirma que está em questão não a capacidade de crianças pobres aprenderem ou não, mas o método pelo qual o farão, visto que, segundo a autora, a didática deve se adaptar às vivências (GROSSI, 2000).

O primeiro caminho para erradicação da pobreza está na educação para todas as crianças em escolas de qualidade [...]. A um custo de 16,43 bilhões, o equivalente a 1,8 do PIB brasileiro, 5,7% das receitas das três unidades da federação (...). Estes são os custos brutos do programa para erradicar a pobreza eliminando a exclusão entre crianças; descontando-se o retorno fiscal que ocorre em todos os gastos da economia, o custo líquido fica 31% mais barato. (BUARQUE, 2003, p.58)

Inclusive esse discurso chega ao exagero de estabelecer uma relação de causa e efeito entre educação convencional e economia. Ora, entre elas não existe sequer correlação positiva (...). A educação de todos – nem mesmo a alfabetização de todos – não é fator decisivo para o aumento do Produto Interno Bruto (GROSSI, 2000, p.11)

126

Quanto à recepção das obras pelo público, identificamos que os textos de Buarque são geralmente citados em escritos de viés militante (como em blogs sobre política) e, algumas vezes, em textos acadêmicos. As citações de Grossi, por sua vez, prevalecem em artigos científicos. Os livros do agente são catalogados de forma variada nas livrarias online, como em “Literatura”, “Política”, “Economia”, “Ciências Sociais”, “Brasil”, etc. A seu turno, as obras da parlamentar se encontram em sessões de “Educação”, “Pedagogia” e “Didática”. Isso fornece pistas sobre o alcance do discurso dos agentes e seus usos.

Com essas análises, fora possível apreender melhor a concepção de “educação” de ambos e perceber como esses agentes mobilizam a causa que os move em variadas esferas de atuação. Destaca-se como o exercício político e a escrita parecem tarefas indissociáveis, reforçando uma à outra. Os autores afirmam suas agendas políticas e, ao mesmo golpe, se afirmam politicamente enquanto intelectuais.

#### 4. Considerações finais

As trajetórias de Esther Pillar Grossi e Cristovam Buarque ilustram o amálgama entre o domínio político e o intelectual e seus efeitos de hierarquização. Os agentes pertencem a uma nova “elite” de políticos, uma vez que não “herdam” o capital político da família. Por outro lado, eles são representativos de como múltiplas inserções podem forjar libidos e garantir recursos importantes à ocupação de lugares de destaque na política e no espaço social mais amplo (GRILL e REIS, 2014, p.10).

O presente artigo possibilitou identificar a constituição de uma combinação de trunfos conquistados em seus trajetos a partir da militância (que favoreceu a criação de teias de relações e a aquisição de capital de reconhecimento), da ocupação de cargos (administrativos e eletivos) e, evidentemente, do investimento em escolarização (que favoreceu o acúmulo de capital internacional, com os diplomas e contatos conquistados no exterior) (GRILL e REIS, 2013, p. 25).

127 Ambos os agentes se revestiram da linguagem do poder ao optarem por saberes técnicos e especializados, como a Engenharia e a Matemática, sem perderem o viés “humanista”, que também garante trunfos no domínio político. Os agentes militaram em prol de uma educação “igualitária” e seguiram o discurso da democracia, em voga no período pós-ditadura (período cujos agentes iniciam suas carreiras políticas).

Embora tenham investimentos e itinerários semelhantes, o “gênero” parece ser um fator relevante de distinção. Grossi foi Secretária Municipal de Educação, enquanto Buarque ocupou o cargo de Ministro da Educação. A agente conquistou a posição de Deputada Federal. Buarque, por sua vez, chegou a governar o Distrito Federal e a renovar seu mandato de Senador até 2018.

Grossi ingressou no mercado editorial em 1967, enquanto Buarque começara a publicar em 1973. Em seus livros, a autora (que mesclou tempo em cargos administrativos e eletivos) segue a tendência histórica de escritos mais especializados, enquanto Buarque, ao conquistar determinadas posições (como a de governador do DF e o Senado Federal) passa a se dedicar a uma escrita mais generalista, ilustrando a tese de Grill e Reis (2012) sobre essa tendência entre parlamentares com carreiras predominantemente eletivas.

Na análise de seus escritos fora possível perceber que, embora os usos sejam os mesmos, as concepções de “educação” entre esses agentes se diferenciam e são representativas de disputas mais amplas: enquanto Esther se filia à perspectiva “emancipatória”, emergente nos anos 60 e representada por intelectuais como Paulo Freire, Buarque se alinha à “pedagogia do homo economicus” (MICHETTI, 2019), dominante nas políticas educacionais brasileiras a partir da ascensão dos economistas às esferas de poder (ALMEIDA, 2008).

Conclui-se afirmando que defesa da “educação” não é mero acaso para os agentes. A pauta estava em voga, ganhando cada vez mais destaque no cenário político nacional (e irradiando dos estados de nascimento dos agentes, seja com Paulo Freire, em Pernambuco, ou Brizola, no Rio Grande do Sul). Destaca-se ainda que foram os investimentos em educação que “salvaram” Cristovam Buarque de sua origem “humilde”. Grossi, por sua vez, segue a tendência histórica de delegação da “educação” (nos lares e escolas) às mulheres, e se junta às outras parlamentares brasileiras (que também são dedicadas ao mesmo tema). Além disso, a disposição de ambos à causa é constantemente reforçada pelas instituições por quais passaram (Universidades, ONGs, etc.).

128

Por questões de controle epistemológico, optou-se pela não adesão à problemática da educação como “problema social”, visto que tal postura significaria adesão às disputas pela imposição de visões e divisões do mundo social. Ao contrário, preferimos contribuir à análise das relações de força presentes nas lutas pela representação legítima do mundo social, seus agentes, estratégias, condições de realização e resultados (LENOIR, 1996). Isto, pois, para romper com a adesão imediata às pré-noções, deve-se compreender seus processos de formulação e, para tanto, é preciso desvelar o trabalho dos porta-vozes que as formulam, como fora o caso dos agentes aqui analisados.

## 5. Referências

AÇÃO POPULAR. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**; Fundação FGV, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acao-popular-ap>. Acesso em 12/12/2017



ALMEIDA, A.M.F. **“O ‘assalto’ à educação pelos economistas”**. Revista: Tempo Social, vol. 20, nº 1. USP, 2008

AUGUSTO DE FRANCO. In: **Escola de Redes**. Disponível em: <http://escoladeredes.net/group/bibliotecaaugustodefranco/page/quem-e-augusto-de-franco>. Acesso em 12/12/2017

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política Comparada**. México: Fondo de Cultura, 1993

BOURDIEU, P. **“A delegação e o fetichismo político”**. Conferência apresentada na Associação dos Estudantes Protestantes de Paris, em 7 de junho de 1983, publicada em Actes de La Recherche en Sciences Sociales, p. 52-53, junho de 1984.

BOURDIEU, P. **“Modos de Dominação”**. In: BOURDIEU, P. A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. SP: Editora Zouk, 2002. p. 193-213.

BOURDIEU, P. **“Os usos sociais das ciências. Por uma sociologia clínica do campo científico”**. SP: UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **“A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”**. In: BOURDIEU, P. O poder simbólico. Bertrand Brasil, 2012. p. 107-132.

BOURDIEU, P. **“A ilusão biográfica”**. In: BOURDIEU, Pierre, Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. 11ª edição, SP: Papirus Editora, 2013. p. 75-81.

BONEMY, H. **Salvar pela escola**. Programa Especial de Educação. Sociologia: Problemas e Práticas, nº 55, 2007.

BUARQUE, C. **A conspiração perpétua e A eleição do ditador**. IN: Buarque, Cristovam. “A eleição do ditador”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BUARQUE, C. **“A revolução na esquerda e a invenção do Brasil”**. Notas, Capítulos I, III e A mensagem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BUARQUE, C. **“A revolução nas prioridades: da modernidade técnica à modernidade ética”**. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 11-15, 263-287.

BUARQUE, C. **“A cortina de ouro – Os sustos do final do século e um sonho para o próximo”**. 2ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 1998. p. 9 -20, 113-119.

BUARQUE, C. **“A segunda abolição. Um manifesto-proposta para a erradicação da pobreza no Brasil”**. 2ª edição. SP: Paz e Terra, 2003.



BUARQUE, C. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Fundação FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristovam-ricardo-cavalcanti-buarque>, acesso em 12/12/2017

BUCLET, B. **“Os peritos não governamentais da biodiversidade amazônica e seus financiadores internacionais: uma parceria desigual em torno de interesses comuns”**. Revista Pós Ciências Sociais v.6, no 12, São Luís, MA, 2010.

CORADINI, O. L. **“Panteões, iconoclastas e as ciências sociais”**. In: FELIX, L. O. ELMIR, C. (Org.) **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 209-235.

CRISTOVAM RICARDO CAVALCANTI BUARQUE. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**; Fundação FGV, Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/cristovam-ricardo-cavalcanti-buarque>. Acesso em 13/12/2017.

CHARLE, C. **“A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas”**. In: HEINZ, F. M. **Por outra história das elites**. Editora FGV, 2006. p. 41-19.

DEZALAY, Y; GARTH, B. **“A dolarização do conhecimento técnico-profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000”**. RBCS, Vol. 15, Nº43, junho/2000.

130

DOMINICI, L. **“Educação” como causa: inscrições militantes e intelectuais de parlamentares brasileiros**. Monografia (do curso de Ciências Sociais). UFMA, São Luís, 2017.

DOS ANJOS, J.C.G. **“Intelectuais, Literatura e poder em Cabo Verde. Lutas de definição da Identidade Nacional”**. Introdução e Conclusão. UFRGS, 2002.

ELMIR, C. (Org.). **Mitos e heróis: construção de imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998. p. 209-235.

FERNANDO GASPARIAN; **Portal UOL Biografias**, Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/biografias/fernando-gasparian.htm>. Acesso em 12/12/2017

FIGUERO, L. **“Gênero, Poder e Educação no Brasil do século XX”**. Revista Pós Ciências Sociais, vol. 17, nº 34, 2020

GRILL, I. G.; REIS, E. T. **“O que escrever quer dizer na política? Carreiras políticas e gêneros de produção escrita”**. Revista Pós de Ciências Sociais, vol. 09, nº17, 2012.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. . **“Arte de escrever”, ‘Vocação para representar’: Trajetórias e produção intelectual de políticos brasileiros”**. Paper apresentado

no XVI Congresso brasileiro de Sociologia, Salvador: UFBA, 10-13 de setembro de 2013.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. **"Para um estudo de imbricações entre domínios políticos e intelectuais"**. In: GRILL & REIS, Estudos sobre Elites Políticas e Culturais. EDUFMA, 2014.

GRILL, I. REIS, E. **A universidade como um "viveiro" de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política**. Revista Pós-Ciências Sociais, no 23, 2015.

GRILL, I. G.; REIS, E. T. . **"Mirada reflexiva e esforços propositivos às pesquisas sobre elites"**. In: GRILL, I.; REIS, E.T. Estudos sobre elites políticas e culturais. Volume 2. São Luís: EDUFMA, 2016. p.9-48

GRILL, I. G.; REIS, E. T. **"Elites parlamentares e a dupla arte de representar. Intersecções entre 'política' e 'cultura' no Brasil"**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

GROSSI, E. P. **"Alfabetização em classes populares"**. GEEMPA. Porto Alegre: Kuarup, 1986.

GROSSI, E. P. **"Alfabetização em novas bases"**. Porto Alegre: Kuarup, 1993.

131 GROSSI, E. P. **"A coragem de mudar em educação"**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000. p. 25 – 47, 61-69, 93-105, 149-161, 221-227, 251-252.

GROSSI, E. P (org.). **"Porque ainda há quem não aprende? A teoria"**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 7 -17.

GROSSI, E. P (org.). **"Porque ainda há quem não aprende? A política"**. SP: Paz e Terra, 2004. p. 7-15.

ESTHER PILAR GROSSI. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Fundação FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ester-pilar-grossi>. Acesso: 12/12/2017

LENOIR, R. **"Objeto sociológico e problema social"**. In: CHAMPAGNE *et al*. Iniciação à prática sociológica. Editora Vozes, 1996.

PÉCAUT, D. **"Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação"**. Prefácio, introdução e conclusão. SP: Editora Ática, 1990.

PIZZORNO, A. **"Um tipo diferente de diferença"**. IN: FOXLEY; MCPHERSON; O'DONNELL (org). Desenvolvimento e política e aspirações sociais. O pensamento de Albert O. Hirschman. São Paulo: Editora Vértice, 1988. p. 366 – 386.

MEC/USAID. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**; Fundação FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid> <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acesso: 01/02/2021

MICHETTI, M. **A vida como projeto: a pedagogia do Homo Academicus e as iniciativas de fomento ao 'espírito do capitalismo' via educação pública**. Ciências Sociais Unisinos, 2019.

REIS, E.; GRILL, I. **"Letrados e Votados: lógicas cruzadas do engajamento político no Brasil"**. In: Revista Tomo, nº 13, 2008.

REIS, E. T. **"Saberes em movimento: transações entre 'intelectuais', definições de ciências sociais e a 'política'"**. In: As ciências sociais e os espaços da política no Brasil. Editora FGV, 2013.

REIS, E. T. **"Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras"**. Cadernos Pagu, 43, 2014.

REIS, E. T. . **"Rupturas, crises e intersecções". Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política"**. EDFUMA; Zouk, 2015.

132 REIS, E. T. . **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política**. EDUFMA, 2015.

ROSA FREIRE D'AGUIAR. In: Genealogia da Família Freire. Disponível em: [http://www.genealogiafreire.com.br/bio\\_rosa\\_freire\\_daguiar.htm](http://www.genealogiafreire.com.br/bio_rosa_freire_daguiar.htm). Acesso em 12/12/2017

ROSA FREIRE D'AGUIAR. In: Companhia das Letras. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/autor.php?codigo=00587>. Acesso em 12/12/2017

SAWICKI, F.; SIMEANT, J. **Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses**. UFRGS: Revista Sociologias, nº 28, ano 13, 2011.

SEIDL, E.; GRILL, I. **"A política como objeto de estudo das ciências sociais"**. In: SEIDL; GRILL. As ciências sociais e os espaços da política no Brasil. Editora FGV, 2013.

SIGAL, S. **"Intelectuais, cultura e política na Argentina"**. In: Revista Pós de Ciências Sociais, vol. 09, nº17, 2012.

**Spokesmen for the social world: a study of the trajectory of brazilian legislators who write about education**

Lorennna Dominici

**Abstract:** Cristovam Buarque and Esther Grossi are two writers and brazilian legislators, known for their work on “education”. They represent the intersection between the political and the intellectual domain. The analysis of their trajectories allow us to apprehend logics and practices that define the occupation of their positions and give them legitimacy to speak in the name of a “cause”. We reconstituted, through the Brazilian Historical-Biographical Dictionary, their social, political and cultural profiles, in the spotlight of historical e conjunctural conditions at the unfolding of their careers. We also observed the uses they make of writing, through the analysis of 5 works of each. We conclude that both belong to a new “elite” profile: they do not “inherit” the family's political capital, but accumulate important resources to the political dispute through multiple insertions in NGOs, at the University, State bureaucracies, etc.

**Keywords:** elites; legislators; intellectuals; militants; education.

**Portavoces del mundo social: un estudio de la trayectoria de los parlamentarios brasileños que escriben sobre educación**

Lorennna Dominici

**Resumen:** Cristovam Buarque y Esther Grossi son escritores y legisladores brasileños, conocidos por sus trabajos en educación, y que representan la intersección entre lo político y lo intelectual. A partir del análisis de sus trayectorias, es posible apprehender lógicas y prácticas que definen la ocupación de sus cargos y les dan legitimidad para hablar en nombre de una “causa”. Reconstituimos, a través del Diccionario Histórico-Biográfico Brasileño, sus perfiles sociales, políticos y culturales, a la luz de las condiciones coyunturales en el desarrollo de sus carreras. También observamos los usos que hacen de la escritura, a través del análisis de 5 obras de cada una. Concluimos que ambos pertenecen a un nuevo perfil de “élite”: no “heredan” el capital político de la familia, sino que acumulan recursos importantes para la disputa política a través de múltiples inserciones en ONG, en la Universidad, burocracias estatales, etc.

**Palabras-clave:** elites; política; intelectuales; militantes; educación.

133

Recebido em 22 de setembro de 2020  
Aprovado em 8 de fevereiro de 2021